

Thiago de Araújo Fauvrelle¹

Ivan Targino²

O DESEMPENHO DA ECONOMIA PARAIBANA NO CONTEXTO NACIONAL: A DÉCADA DE 2000

RESUMO

Este trabalho apresenta um panorama geral dos principais aspectos socioeconômicos do estado da Paraíba na década de 2000, tendo como elementos de comparação o contexto da economia nacional e da regional. A metodologia da pesquisa compreende: levantamento bibliográfico, obtenção e tratamento de dados secundários. Inicialmente é feito um embasamento teórico sobre desenvolvimento econômico. Em seguida é analisado o desempenho da economia paraibana frente à economia nacional, para logo se passar à comparação com a economia nordestina. Estuda-se a evolução do PIB estadual e a sua composição setorial. Analisa-se, também, a distribuição espacial da produção paraibana. Ao final, são esboçadas algumas notas conclusivas sobre o desenvolvimento do trabalho.

Palavras-chave: Economia paraibana; desenvolvimento econômico; economia regional.

PERFORMANCE DE L'ÉCONOMIE DE LA PARAIBA DANS LE CONTEXTE DE L'ÉCONOMIE NATIONALE: LA DÉCENNIE DE 2000

RESUME

Cet article présente un panorama sur les principaux indicateurs socio-économiques de la Paraíba, ayant comme élément de comparaison le contexte de l'économie nationale et régionale pendant les années 2000. La méthodologie employée comprend: une recherche bibliographique, l'obtention et le traitement des données statistiques. Au début, il y a une fondamentation théorique sur le développement économique. Ensuite, l'article analyse la performance de l'économie de la Paraíba face à l'économie nationale et régionale. Après il y a un examen de l'évolution du PIB de la Paraíba et de sa composition sectorielle. À la suite, il y a également une analyse de la distribution de la production dans le territoire de l'État. Enfin, quelques notes de conclusion sont décrites sur le développement du travail.

Mots-clés: Economie de la Paraíba; développement économique; économie régionale.

¹ Universidade Federal da Paraíba
tafauvrelle@hotmail.fr

² Universidade Federal da Paraíba
ivantargino@bol.com.br

Correspondência:

Ivan Targino
Departamento de Economia,
Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, CEP 58051-900
João Pessoa (PB) – Brasil

INTRODUÇÃO

O ideário do desenvolvimento encontra-se enraizado na sociedade brasileira. “Ordem e *Progresso*”¹ é o lema da República federativa do Brasil desde a sua proclamação. A busca por melhores formas de realizar as suas virtualidades e potencialidades é tema recorrente em diversas formas de expressão social no país. O preâmbulo da atual Constituição brasileira traz que o Estado democrático, por ela instituído, está destinado a assegurar, dentre outros fins, o desenvolvimento. Entretanto, os desafios por ele enfrentados são de extraordinária grandeza. Além dos impasses externos típicos de um país periférico no sistema capitalista global, o Brasil é um país internamente desigual. A concentração de renda em torno de uma minoria da população, embora característica marcante de países subdesenvolvidos, no quadro brasileiro é agravada por uma desigual distribuição espacial da produção. A imperfeição na repartição dos recursos é de tal ordem que a própria Carta Magna brasileira exara, em seu artigo terceiro, a diminuição das desigualdades sociais e regionais como um dos objetivos fundamentais da nação.

O Nordeste é a região brasileira onde se encontra o maior diferencial de renda per capita em relação à média nacional. A referida região possui os piores indicadores sociais do país. Embora a produção dessa região seja a terceira maior do país, ela responde por apenas 13% do PIB nacional. A magnitude do problema torna-se evidente quando se verifica que a renda *per capita* nordestina é a menor do país, correspondendo a cerca de 35% daquela registrada no Sudeste. Os nove estados que compõem a região estão entre os dez estados brasileiros com as menores rendas *per capita*. Nesse contexto, encontra-se inserida a Paraíba. O estado possui a quinta maior produção da região e ocupa a 19ª posição entre as economias estaduais brasileiras. Representa em torno de 0,85% da economia nacional e aproximadamente 6,5% da regional. Entretanto, dada a dimensão da sua população, ocupa a 24ª colocação em termos de renda per capita, dentre as 27 unidades federativas brasileiras.

¹ Texto presente na bandeira nacional desde a sua adoção em 1889. Resume o mote do positivismo “*L’amour pour principe, l’ordre pour base et le progrès pour but*”, ideologia largamente difundida quando da proclamação da república brasileira.

Embora seja desejado pelo povo brasileiro desde antanho, o desenvolvimento somente veio a se tornar tema recorrente na teoria econômica após a segunda guerra mundial. A maioria dos estudos até então publicados, por serem embasados na teoria neoclássica, encaravam as discrepâncias regionais como temporárias, as quais seriam superadas no médio e longo prazos. Entretanto a revolução no pensamento econômico promovida por John Maynard Keynes, ao romper com diversos princípios do pensamento neoclássico, possibilitou a eclosão de diversas teorias sobre o desenvolvimento, muitas das quais ressaltavam o papel ativo do Estado enquanto promotor desse processo. Nesse diapasão, tendo Celso Monteiro Furtado como um de seus maiores expoentes, surgiu a escola estruturalista do pensamento econômico, a qual é tomada como fundamentação teórica do presente trabalho.

A preocupação regional nordestina tem como documento fundante o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado e apresentado, em 1959, ao então presidente da República, Juscelino Kubitschek. Nesse trabalho, Furtado aponta que as disparidades entre as condições existentes no Nordeste e as vigentes no Centro-Sul do país são maiores do que as observadas entre as do Centro-Sul e a dos países industrializados da Europa ocidental. Reputa que a política de desenvolvimento até então implantada, pautada em uma compreensão inadequada dos problemas nordestinos, estaria agravando a situação da região. Aduz a existência de um duplo fluxo de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul, no qual o governo transfere renda para o Nordeste sendo muito desses recursos revertidos pelo setor privado ao Centro-Sul. Quadro que permite inferir a existência de uma relação típica de dependência e subdesenvolvimento dentro da própria nação brasileira. Diante disso, alerta para a crescente divergência entre a taxa de crescimento do Centro-Sul e a do Nordeste, realidade que poderia ameaçar o próprio pacto federativo. Destarte, acredita ser possível a reversão da situação mediante a implantação de diversas medidas norteadas pela intensificação dos investimentos industriais.

O aludido relatório teve notáveis consequências na orientação das políticas públicas para o Nordeste. A principal delas foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Órgão esse que

teria como objetivo materializar as estratégias prescritas no estudo do GTDN. Passados mais de cinquenta anos da apresentação do relatório do GTDN, a produção do Nordeste continua no mesmo patamar de participação no PIB brasileiro. Situação que permite inferir que o crescimento vivenciado pela região nesse período, embora significativo em termos absolutos, somente foi suficiente para defender o seu percentual na produção nacional.

Nesses termos, o presente estudo pretende oferecer um panorama geral dos aspectos socioeconômicos vigentes no estado da Paraíba na década de 2000, tendo como referência o contexto da economia nacional e regional. No decorrer da última década, algumas transformações ocorreram na estrutura produtiva e social do estado. A retomada do crescimento econômico teve fortes implicações na estrutura das relações econômicas paraibanas, tanto no âmbito interregional como no internacional. De outro lado, as políticas sociais e redistributivas vêm produzindo salutares efeitos sobre o padrão de vida da população, particularmente na redução do seu grau de pobreza. Termos que demonstram a necessidade da pesquisa, a qual tem como objetivos específicos, dentre outros: analisar a dinâmica socioeconômica estadual, tomando como referencial o quadro econômico nacional e regional; estudar a mudança no perfil educacional da população estadual; identificar e analisar as principais políticas públicas redistributivas e seus impactos sobre o padrão de pobreza vigente no estado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O vocábulo desenvolvimento remete à idéia de transformação, crescimento, progresso; evolução de um *status quo ante* para uma nova realidade, um estado novo caracterizado por ser qualitativamente, e não apenas quantitativamente, superior ao anterior. Nesse sentido, tal termo se faz presente em diversas áreas do conhecimento humano. Nas ciências biológicas, essa palavra pode estar associada à passagem gradual, protagonizada por um determinado ser vivo, de um estado inferior para um estado mais aperfeiçoado, no qual ele esteja dotado de melhores condições de sobrevivência. Nas ciências exatas, a palavra desenvolvimento pode estar relacionada ao desenrolar natural de uma determinada reação física. Já nas ciências sociais, como é o caso da Economia, o

termo desenvolvimento encontra-se, em geral, associado ao desenvolvimento humano; o processo no qual a sociedade humana busca melhor realizar as suas virtualidades e potencialidades (FURTADO, 1981).

Na busca pela melhor satisfação de suas necessidades, os homens se aglomeram com os seus semelhantes, formando as sociedades. Entretanto, a existência humana tem como condição vital a produção material - criação de bens e serviços (alimentos, vestimentas, alojamentos, etc.). Nas sociedades, tão importante quanto a produção é a distribuição. A forma como determinada sociedade produz e distribui os bens e serviços que lhe são necessários denomina-se estrutura econômica. A estrutura econômica é a base sobre a qual se erguem as demais estruturas de uma sociedade, como a política, a cultura, a religião e até mesmo a ciência. Logo, em uma comunidade, a vida social é determinada em última instância² pela sua estrutura econômica (MARX, 1859). Dessa forma, o desenvolvimento de uma sociedade está intimamente relacionado ao desenvolvimento de sua economia.

O nível de produção de uma sociedade depende, basicamente, do estoque disponível de fatores (capital e trabalho), e da forma como esses são combinados, definida a partir do padrão tecnológico disponível. Assim, o produto de uma sociedade somente deverá variar caso haja uma alteração no estoque dos fatores, ou se houver uma mudança tecnológica que ocasione uma variação na produtividade desses. Havendo uma elevação sustentada no estoque dos fatores (como seria o caso de uma acumulação sistemática de capital, ou de um crescimento da população economicamente ativa), ou um aumento de produtividade (como seria o caso da incorporação de um avanço tecnológico) deverá ocorrer um aumento no produto social. A produção, tão vital para a sociedade, deverá crescer, tipificando, assim, crescimento econômico. Entretanto, caso esse aumento no produto tenha repercussões nefastas na organização da produção (*v.g.* seja fruto de um processo de escravização) ou se tal acréscimo for distribuído de maneira fortemente desigual pela sociedade, tal comunidade terá

² Isso não significa um determinismo econômico, pois as demais esferas da estrutura social (a político-jurídica e a ideológica) exercem influência também sobre a organização econômica da sociedade.

vivenciado um processo de crescimento econômico, mas ela não terá se desenvolvido. Pois, embora o seu produto tenha aumentado, o bem-estar da sociedade não aumentou. Nesse contexto, a busca da sociedade por melhores formas de realização de suas potencialidades e virtualidades foi frustrada, fugindo da tipificação de desenvolvimento.

Nesses termos, pode-se apresentar a seguinte definição de desenvolvimento econômico:

O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 1).

O aumento da produtividade e suas repercussões na distribuição e utilização do produto social, problemas centrais da teoria do desenvolvimento econômico, são temas recorrentes na história do pensamento econômico. Essa temática não ficou restrita a determinada escola econômica, sendo estudada por diversos economistas das mais distintas orientações doutrinárias.

Ao longo de sua existência, o homem sempre se preocupou em buscar explicações para os fatos que ocorrem ao seu redor. A mais aprimorada forma de organizar as explicações por ele encontradas é a ciência. Assim, a evolução de uma ciência está atrelada aos acontecimentos que o homem vivencia.

Em meados do final do século XVIII, um dos fatos largamente estudado foi a revolução industrial, que gerou enormes transformações no processo produtivo, alterando de maneira *sui generis* a estrutura econômica da sociedade daquele tempo. Nesse contexto, em 1776, Adam Smith publicou a obra considerada fundante da Ciência Econômica, *Um inquérito sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações*. Conforme denota o próprio título, nesse livro, Smith dispõe-se a explicar o que faz o produto social crescer. A razão encontrada por Smith para explicar a riqueza das nações é a divisão do trabalho. Segundo ele, quanto mais divididas forem as etapas do processo produtivo, mais a produção tende a crescer.

A riqueza das nações teve uma enorme repercussão em seu tempo, atraindo a atenção de diversos outros estudiosos para a causa. No entanto, os homens que deram continuidade à teoria de Smith no início do século XIX, que mais tarde seria chamada de economia clássica, foram, em sua maioria, influenciados pelo “princípio da população de Malthus” e pela “lei dos rendimentos decrescentes” e limitaram o alcance do papel dos avanços tecnológicos na economia. Nesse sentido, John Stuart Mill, um dos principais pensadores da escola clássica, viria a formular a sua “teoria geral do progresso econômico”, na qual ele conclui que embora a economia se desenvolva ela deve alcançar, inevitavelmente, um ponto de estagnação. Para ele, os avanços tecnológicos apenas retardavam a chegada desse estado estacionário. (FURTADO, 2009)

Consenso entre os clássicos era a percepção do capitalismo enquanto apogeu da evolução dos modos de produção. Contrapondo-se a essa idéia, Karl Marx buscou demonstrar o sentido histórico do capitalismo, asseverando que o modo capitalista de produção não era o mais perfeito dos sistemas, mas sim, apenas mais uma etapa da evolução humana. Os seus estudos visavam, sobretudo, demonstrar as grandes contradições internas do capitalismo, as quais eram responsáveis pela evolução do sistema. Embora Marx não tenha tido como foco de suas pesquisas o desenvolvimento econômico propriamente dito, a sua crítica ao capitalismo teve forte influência sobre diversos teóricos do desenvolvimento que o sucederam (FURTADO, 2009).

No último quartel do século XIX, em resposta às profundas críticas proferidas por Marx à perfeição do capitalismo, a escola clássica se reformou e, abandonando diversas de suas antigas formulações, deu origem à escola neoclássica. O principal método de estudo da economia utilizado por essa escola consiste na teoria do equilíbrio geral. Tal teoria advoga que cada fator de produção tem a sua remuneração atrelada a sua produtividade marginal. A produtividade marginal do trabalho (associada ao salário real) depende diretamente da quantidade de capital utilizada por unidade de trabalho. Essa quantidade de capital, por sua vez, depende do preço do capital, o qual é determinado pelo equilíbrio entre oferta (poupança) e demanda (investimento) por ele. O equilíbrio entre oferta e demanda por capital está associado à taxa de juros, logo a

remuneração do capital encontra-se relacionada a essa taxa. Outro pressuposto da teoria do equilíbrio geral é que no equilíbrio os lucros, em todos os setores, são iguais a zero. Se assim não o fossem o ponto de equilíbrio ainda não teria sido alcançado. Assim, um aumento na produtividade do trabalho somente poderia ocorrer caso houvesse, anteriormente, um processo de acumulação de capital. Havendo uma elevação na produtividade marginal do trabalho, o salário real deve subir o que ocasiona uma maior participação dos assalariados no produto. Conseqüência disso é uma queda na rentabilidade do capital, uma queda na taxa de juros. Como a acumulação de capital está diretamente associada à taxa de juros, uma queda nessa taxa gera uma diminuição na acumulação de capital, que por sua vez gera uma queda na produtividade do trabalho, formando-se assim um círculo vicioso. Dessa forma, pode-se inferir que para a teoria do equilíbrio geral a idéia de desenvolvimento é apenas vista como um afastamento do ponto de equilíbrio (FURTADO, 2009).

Com a crise de 1929, a economia de livre mercado, defendida pelos clássicos e neoclássicos, foi novamente posta em xeque. A mais refinada teoria econômica da época, a dos neoclássicos, não tinha explicações para a estagnação econômica que assolou o mundo capitalista naquele tempo. Nesse cenário, John Maynard Keynes publicou a sua *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*. Tal obra busca explicar o fenômeno do desemprego e encontrar uma saída para o capitalismo daquele tempo voltar a crescer. Embora concorde com pontos da teoria neoclássica, Keynes diverge dessa em aspectos cruciais, como quanto ao papel do governo na economia, à função estratégica da demanda efetiva, ao estabelecimento do pleno emprego, à função da moeda, etc. Dessa forma, com a sua *Teoria Geral*, Keynes daria início a uma nova doutrina econômica, a escola keynesiana. A causa, encontrada por Keynes, para o desemprego existente em sua época era a falta de demanda agregada. O caminho para que a economia voltasse a crescer seria a intervenção governamental no domínio econômico. O governo que desde Smith deveria intervir o mínimo possível, agora passava a ser visto como um agente fundamental na economia. Segundo a doutrina keynesiana, a economia não tende ao equilíbrio, pelo contrário, ela é vista como naturalmente instável, sendo papel do governo evitar fortes oscilações. Embora não tenha tido como foco de

seus estudos a economia no longo prazo, ao divergir da teoria do equilíbrio geral, e mais remotamente do ponto de estagnação de J. S. Mill, a doutrina de Keynes abriu o caminho para diversas teorias do desenvolvimento. Pois a ideia de desenvolvimento, com Keynes, deixou de ser vista como apenas um afastamento do ponto de equilíbrio.

Era pensamento difundido que o alto grau de desenvolvimento vivenciado pelas economias do Norte um dia seria naturalmente alcançado pelas economias do Sul. Segundo tais correntes do pensamento, o subdesenvolvimento seria uma etapa natural para o desenvolvimento (ROSTOW, 1961). Contrapondo-se a essa idéia, diversos economistas da subdesenvolvida América Latina edificaram a escola estruturalista do pensamento econômico. Segundo tais pensadores, o subdesenvolvimento não era um mero estágio do caminho para o desenvolvimento, mas sim um resultado do próprio desenvolvimento dos países do Norte. Para esses teóricos, o mundo capitalista podia ser dividido entre países centrais (desenvolvidos) e países periféricos (subdesenvolvidos). Refutavam, também, a teoria do comércio internacional até então vigente que havia evoluído da teoria das vantagens relativas de David Ricardo. De acordo com o teorema de Hecksher-Ohlin, cada país deveria se especializar na produção de bens intensivos em seu fator abundante. Assim procedendo, todos os países sairiam ganhando com o comércio internacional. Os países subdesenvolvidos eram, historicamente, bem dotados do fator trabalho e deficitários do fator capital. Nesses termos, era na produção agrícola que eles deveriam se especializar.

Os estruturalistas perceberam que os preços relativos dos produtos agrícolas vinham, historicamente, declinando frente ao preço dos produtos industrializados (produzidos principalmente pelo Norte desenvolvido). Essa deterioração dos termos de troca decorreria do fato de que os ganhos de produtividade eram repassados aos preços dos produtos primários, mas não repassados nos bens manufaturados (em função de estruturas oligopolistas típicas do setor industrial). Asseveravam a existência de um desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos dos países do Sul, pois observavam que os bens por eles produzidos tinham uma baixa elasticidade-renda, enquanto os bens que eles importavam tinham uma elevada elasticidade-renda. Nesse cenário, o

subdesenvolvimento dos países do Sul somente tendia a se agravar. Entende-se por país desenvolvido, aquele no qual o aumento da produtividade somente pode ocorrer com o surgimento de uma nova tecnologia ou com o acúmulo de capital, pois ele já assimilou toda a tecnologia existente e empregava todo o capital disponível. Por país subdesenvolvido, compreende-se aquele onde há a possibilidade de um aumento de produtividade apenas incorporando-se a tecnologia já existente. Entretanto, o desenvolvimento tecnológico ocorre, sobretudo, nos países do Norte, os quais dispõem bem mais do fator capital do que do fator trabalho. Assim, as tecnologias desenvolvidas prezam pela maior utilização do fator capital em detrimento do fator trabalho. Como a produção de tecnologias no Sul é muito baixa, tais países acabam por importar as tecnologias do norte, massivas em fator capital. Conforme já exposto, nos países subdesenvolvidos há escassez do fator capital e abundância do fator trabalho. Dessa forma, a incorporação de tecnologias incompatíveis com a realidade dos países subdesenvolvidos, acaba por gerar desemprego estrutural do fator trabalho (FURTADO, 2009). O aludido desemprego seria ainda agravado pelas altas taxas de crescimento demográficas registradas nesses países, assim como pelo baixo crescimento da demanda internacional por produtos primários. O caminho para o desenvolvimento das economias periféricas, apontado pelos economistas estruturalistas, seria incentivo ao processo de industrialização, que teria o Estado como ator importante.

Embora já tenha se desenvolvido bastante desde o tempo em que os estruturalistas formularam as suas idéias, o Brasil ainda se encontra hoje na periferia do sistema capitalista global. A Paraíba, dado o processo histórico de desenvolvimento brasileiro, é um dos estados mais subdesenvolvidos do capitalismo brasileiro. Nesse contexto, a abordagem estruturalista do desenvolvimento econômico oferece salutar ferramentas para a consecução dos objetivos buscados pela presente pesquisa, sendo tomada como fundamentação teórica deste trabalho.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de natureza analítica. O recorte espacial é o estado da Paraíba, no primeiro decênio do século XXI. O procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento do presente estudo tem como fundamento duas linhas de investigação. Objetivando edificar uma sólida e ampla visão sobre o assunto, inicialmente adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica da literatura atinente à temática do trabalho. Nessa etapa, buscaram-se livros, jornais, revistas, textos para discussão, dissertações de mestrado, dentre outras publicações com o intuito de facilitar a elaboração da fundamentação teórica, além de possibilitar a vinculação dos resultados obtidos no trabalho com a composição literária ora existente na teoria econômica. Em um segundo momento, procedeu-se com a coleta e tratamento das informações secundárias necessárias à consecução dos objetivos da pesquisa.

Tais dados foram obtidos na base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil – Ipeadata – mantida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), bem como no sitio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As variáveis econômicas expressas em valores monetários encontram-se em termos reais. Tais dados foram deflacionados pelo deflator implícito do PIB nacional, tomando-se como ano base 2000, conforme disponibilizado pelo IPEA.

Devido à mudança na metodologia do cálculo do PIB paraibano, ocorrida em 2002, a análise da composição do PIB estadual, assim como da sua distribuição espacial, somente foi feita a partir do referido ano. Os dados de educação foram retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE e fazem referência às pessoas de 10 anos ou mais de idade, em tais análises foram desprezadas as categorias: “não determinados” e “sem declaração”.

DESEMPENHO DA ECONOMIA PARAIBANA FRENTE À ECONOMIA NACIONAL

Ao longo dos oito primeiros anos da década de 2000, a economia brasileira apresentou uma tendência de crescimento. Diferentemente do ocorrido na década anterior que foi marcada por taxas de crescimento baixas e instáveis. A taxa de crescimento média do PIB brasileiro, no período de 2000 a 2008, foi de 4,53% a.a..

Enquanto que a taxa média de crescimento do PIB per capita brasileiro, na década foi de 3,21% a.a.. Tal desempenho decorre do fato de que tanto a demanda quanto a oferta sofreram importantes modificações a partir de 2002. Do lado da oferta, alterações na política econômica ocasionaram modificações no processo de produção e inovação gerando um salutar progresso técnico à economia nacional. No que tange à demanda, a expansão do crédito, os aumentos reais do salário mínimo e as políticas de transferência de renda levaram a uma expansão da demanda que gerou um aumento na utilização da capacidade produtiva que, por sua vez, ocasionou uma elevação nos investimentos (IPEA, 2010).

Nos oito primeiros anos da primeira década do terceiro milênio, a economia paraibana apresentou, na média, um crescimento levemente maior ao nacional. A taxa de crescimento média do PIB paraibano, no lapso temporal 2000-2008, foi de 4,66% a.a.. Já o crescimento médio do PIB per capita, no período em questão, foi de 3,64% a.a.. No ano 2000, o PIB (Produto Interno Bruto) paraibano era o 19º maior do Brasil, perfazendo 10,1 bilhões de reais. Tal valor representava 0,84% do PIB brasileiro. Entretanto, ao longo da década de 2000 essa posição não se manteve constante.

No período de 2004 a 2007 a produção do Rio Grande do Norte superou a paraibana, fato esse que levou a economia paraibana a deter a 20ª maior produção nesse período no contexto nacional. Entretanto, em 2008, a Paraíba apresentou um crescimento de 6,84% enquanto que o Rio Grande do Norte cresceu apenas 2,60%. Tal fato possibilitou que a economia paraibana retomasse a posição que ocupava no início da década. Em 2008, a economia da Paraíba representava 0,85% do PIB nacional. Nesse sentido, pode-se constatar que embora tenha crescido mais do que a média nacional, o aumento da produção na Paraíba ocorreu de forma intermitente, havendo, inclusive, momentos de decréscimo do PIB. Conforme disposto na Tabela 1.

As razões para esse desempenho, do lado da demanda, remetem aos elementos que levaram ao crescimento nacional. Pois fatores como as continuadas elevações do salário mínimo real e, sobretudo, as políticas de transferência de renda em uma estrutura econômica como a da Paraíba (historicamente marcada pela desigual distribuição de renda) têm os seus efeitos multiplicados. No tocante a

oferta, além das causas do crescimento nacional, o desempenho da economia paraibana foi fortemente influenciado pelo processo de deslocamento de empresas, anteriormente concentradas nas regiões Sul e Sudeste, para a região Nordeste. Entretanto, diferentemente do crescimento médio, o crescimento ano-a-ano da economia paraibana nem sempre acompanhou *pari passu* o da economia nacional. Em seis dos nove anos em estudo o desempenho do PIB estadual foi superior ao brasileiro.

Tabela 1 – Participação relativa da economia paraibana frente à nacional (2000–2008)

Anos	PIB a preços constantes		PB/BR (%)	Taxa de crescimento anual (%)	
	Paraíba	Brasil		Paraíba	Brasil
2000	9.237.737	1.101.254.907	0,84	9,62	6,50
2001	9.426.548	1.100.080.009	0,86	2,04	-0,11
2002	10.321.327	1.226.733.235	0,84	9,49	11,51
2003	10.333.864	1.240.799.172	0,83	0,12	1,15
2004	10.149.144	1.311.677.727	0,77	-1,79	5,71
2005	10.630.083	1.353.122.396	0,79	4,74	3,16
2006	11.844.280	1.406.665.463	0,84	11,42	3,96
2007	12.449.655	1.492.351.813	0,83	5,11	6,09
2008	13.301.441	1.569.394.484	0,85	6,84	5,16

Fonte: IPEA (2011)

DESEMPENHO DA ECONOMIA PARAIBANA FRENTE À NORDESTINA

A região Nordeste vem se destacando nos últimos anos graças as suas consideráveis taxas de crescimento econômico, situando-se acima das nacionais. No período de 2000 a 2008, o Nordeste apresentou uma taxa de crescimento médio de 4,55% a.a., ficando à frente das regiões Sudeste (4,12% a.a.) e Sul (3,75% a.a.). Já o crescimento médio da renda per capita nordestina, no período em tela, foi de 3,26%, também ficando à frente das regiões Sudeste (2,91% a.a.) e Sul (2,68% a.a.). Afora as razões para o crescimento nacional, anteriormente apresentadas, e que são potencializadas na região Nordeste, dada sua estrutura econômica, a distinção do crescimento nordestino, no período em tela, remete a um processo iniciado na década anterior. Na década de 1990, o governo federal pouco atuou enquanto planejador central do processo de desenvolvimento regional. Dada essa

lacuna, os governos dos estados nordestinos buscaram maneiras próprias de sustentar o crescimento de suas economias. O principal meio encontrado por eles foi o mecanismo de incentivos fiscais. Os governos estaduais renunciaram a parte de suas receitas tributárias para atrair investimentos privados aos seus territórios. Nesse mesmo período, diversas indústrias instaladas nas regiões Sul e Sudeste estavam buscando resolver problemas de deseconomias de aglomeração existentes nos grandes centros dessas regiões, bem como procurando mecanismos de rebaixamento de custos para fazer face à concorrência externa, estabelecida com o processo de abertura comercial. Nesse contexto, o Nordeste recebeu várias empresas, muitas delas relativamente intensivas no fator trabalho (como a têxtil e a couro-calçadista), oriundas do centro-sul. Embora, mais tarde, estados de outras regiões também tenham feito uso do mecanismo de incentivos fiscais, atenuando os efeitos dessa ferramenta nos estados nordestinos, mesmo assim os investimentos privados no Nordeste prosseguiram. De forma que os estados dessa região puderam melhor aproveitar as boas condições macroeconômicas vigentes nos nove primeiros anos da década de 2000 (CARVALHO, 2008) e juntos terem um ritmo de crescimento superior ao nacional nesse período.

Convém destacar que a dinâmica econômica da região Nordeste hoje se mostra distinta da diagnosticada por Celso Furtado no relatório do GTDN em 1959. Naquele tempo, a preocupação do autor era com a desproporção das taxas de crescimento econômico entre as regiões brasileiras, baixas no nordeste e elevadas no sul/sudeste. As estatísticas mais recentes mostram que houve uma inversão nessa tendência. No período de 2000 a 2008, a região Nordeste apresentou uma taxa de crescimento médio de 4,55% a.a, ficando a frente da região Sudeste (4,12% a.a) e Sul (3,75% a.a). Não obstante essa mudança, e apesar do governo central ter desempenhado um salutar papel no processo de desenvolvimento econômico na região nos anos 1960–1980, a participação do PIB regional no nacional mantém-se em torno de 13%. No início da década de 2000, a participação do PIB paraibano no PIB nordestino era de 6,41% de forma que a economia paraibana era a sexta maior da região. Em 2008 essa parcela aumentou para 6,46%, mas a Paraíba continuou na sexta posição entre as economias estaduais do Nordeste. Em alguns anos do

período, essa participação registrou variações negativas. Nesses anos, o crescimento da economia paraibana foi inferior ao da nordestina (Tabela 2).

Tabela 2 – Participação relativa da economia paraibana frente à nordestina (2000–2008)

Anos	PIB a preços constantes		PB/NE (%)	Taxa de crescimento anual (%)	
	Paraíba	Nordeste		Paraíba	Nordeste
2000	9237736,8	144134602,6	6,41	9,62	6,33
2001	9426548,5	144355984,1	6,53	2,04	0,15
2002	10321327	159039332	6,49	9,49	10,17
2003	10333864	158416555,7	6,52	0,12	-0,39
2004	10149144	166902103,7	6,08	-1,79	5,36
2005	10630083	176790634,4	6,01	4,74	5,92
2006	11844280	184689751,7	6,41	11,42	4,47
2007	12449655	195027565,9	6,38	5,11	5,60
2008	13301441	205760640,4	6,46	6,84	5,50

FONTE: IPEA (2011)

Entretanto, no período em análise, a Paraíba foi o quinto estado que mais cresceu na região, superando inclusive a média regional (4,66% a.a.). Embora o crescimento paraibano ainda esteja distante do observado no Maranhão (10,13% a.a.), o estado nordestino que mais cresceu no período, o desempenho da economia paraibana (4,66% a.a.) foi superior ao do estado vizinho Rio Grande do Norte (4,47% a.a.) que possui um produto interno bruto semelhante, porém atualmente um pouco inferior, ao paraibano.

Em termos de PIB per capita, no período em tela, o paraibano foi o quarto que mais cresceu. Entretanto, em 2008 a renda pessoal média dos paraibanos (R\$ 3.554,00) ainda era a quarta menor do Nordeste, ficando a frente apenas dos piauienses (R\$ 2.781,00), dos alagoanos (R\$ 3.224,00) e dos maranhenses (R\$ 3.159,00). Mas ainda distante dos sergipenses (R\$ 5.061,00), dos baianos (R\$ 4.337,00), dos vizinhos nortes rio-grandenses (R\$ 4.246,00) e pernambucanos (R\$ 4.175,00), mas próximos dos cearenses (R\$ 3.681,00).

EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PIB PARAIBANO (2002-2008)

A economia paraibana é marcada por uma forte participação do setor de serviços. Esse quadro é comum a diversos outros estados brasileiros, assim como à economia nacional da qual o setor de serviços representa 66,2%. As explicações para esse cenário remetem ao processo de urbanização vivenciado pela economia brasileira ao longo do século XX. A teoria econômica convencional costuma associar a elevação da participação do setor de serviços em uma economia ao crescimento da riqueza nacional. Tal explicação deriva de dados empíricos extraídos do processo de desenvolvimento das economias centrais. Nessas economias, o crescimento do setor de serviços esteve intimamente relacionado ao crescimento da renda *per capita*. Nesse sentido, a aludida teoria associa uma maior participação do setor terciário, em uma economia, a um elevado grau de desenvolvimento econômico. Entretanto, tal explicação não parece condizer com a realidade brasileira, na qual os serviços têm participação semelhante na geração do produto nacional a de países europeus, mas encontra-se em um estágio de desenvolvimento inferior ao europeu. Isso posto, o cenário estudado pelo presente trabalho encontra melhor explicação na teoria estruturalista da qual:

Derivam-se dessa vertente teórica, conceitos tais como centro-periferia, dualismo e marginalidade econômica, onde a expansão do terciário aparece mais como vício que virtude. Em outras palavras, economias subdesenvolvidas poderiam apresentar um setor terciário inchado, em função de elementos estruturais tais como a concentração da propriedade fundiária e a incapacidade do desenvolvimento industrial absorver camadas crescentes da população expulsa do campo. Nessa perspectiva, grande parcela das atividades tradicionais de serviço seria a única possibilidade de ocupação de amplos setores da população, portadores de baixa qualificação, significando, conseqüentemente, subemprego e exclusão social. (MELO et al., 1998, p. 2)

Em 2002, o valor adicionado no setor de serviços era de R\$ 6.353.453,18 correspondendo a 68,79% da economia paraibana. No período em análise, esse foi o setor que mais cresceu, apresentando uma taxa de crescimento média anual de 5,3% a.a. Dessa forma, em 2008, o setor terciário gerou um valor adicionado de R\$ 8.659.532,03, passando a responder por 72,45% do PIB paraibano. A indústria,

em 2002, gerava um valor adicionado de R\$ 2.182.410,27, respondendo por 23,63% do PIB estadual. Ao longo dos anos em análise, esse foi o segundo setor que mais cresceu, apresentando uma taxa média de crescimento anual de 2,72% a.a. De forma que, em 2008, o valor adicionado por esse setor era de R\$ 2.563.487,51, correspondendo a 21,45% da produção interna bruta paraibana. Já a agropecuária, em 2002, adicionava um valor de R\$ 700.261,26 à produção paraibana, representando 7,58% dessa. Ao longo do período em análise, o setor primário foi o que menos se expandiu, apresentando uma taxa de crescimento média de 0,68% a.a.. Em decorrência dessa baixa taxa de crescimento, a agropecuária reduziu a sua participação no PIB paraibano em 1,48%, passando a representar 6,10% da economia paraibana com um valor adicionado de R\$ 729.441,39. Conforme pode ser visto na Figura 1.

Dessa forma, dada a importância do setor de serviços na geração produto estadual, o desempenho da economia paraibana, no período em análise, encontra-se fortemente vinculado às oscilações registradas nesse setor. As elevadas e, relativamente, estáveis taxas de crescimento anuais registradas pela economia paraibana nos anos seguintes a 2005, conforme pode-se verificar na Figura 1, podem ser explicadas fortemente pelo desempenho dos serviços e mais levemente pelo da indústria. Tal fato fica evidente no ano de 2007 no qual a agricultura estadual sofreu uma forte queda (-17,88%), mas a economia paraibana ainda cresceu vigorosamente a uma taxa de 5,34%.

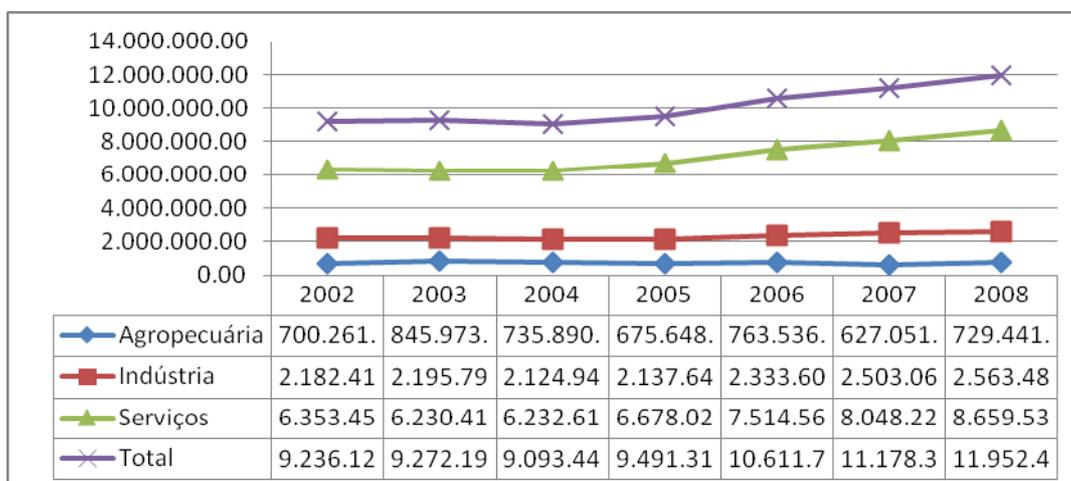


Figura 1 – Evolução do valor adicionado paraibano (2002–2008)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA (2011)

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PIB PARAIBANO (2002–2008)

A geração do PIB paraibano é concentrada, principalmente, nos municípios próximos ao litoral. Essa situação se repete nos demais estados nordestinos, assim como em diversos estados brasileiros. A explicação para esse quadro remete ao processo histórico de desenvolvimento da economia brasileira. Durante a maior parte de sua história, o Brasil teve a dinâmica de sua economia atrelada ao modelo primário-exportador. Tal regime encontrava-se baseado na produção de produtos primário e tinha como objetivo atender aos interesses do mercado internacional. No desenvolver desse modelo, diversos foram os produtos que ocuparam papel de destaque na pauta de exportação, logo na produção, brasileira. Assim, a economia desse período é marcada pela presença de ciclos econômicos, cada qual ditado pela produção de um produto primário distinto (FURTADO, 2007). Como no período em que esse modelo vigeu o comércio era feito, essencialmente, por via marítima, boa parte da dinâmica econômica se concentrou na região litorânea. No Nordeste essa concentração foi ainda mais agravada. O último ciclo econômico, do aludido modelo, do qual a região participou ativamente, foi o da cana de açúcar. Devido à boa adequação dos recursos edafoclimáticos, presentes em boa parte do litoral nordestino, esse ciclo se desenvolveu, sobretudo, próximo ao litoral.

Entretanto, ainda no modelo agrário-exportador, existia um comércio interno no Brasil. Os estados comercializavam entre si diversos produtos, como charque, couro, etc. Tal comércio favoreceu o desenvolvimento de algumas localidades do interior nordestino (CALDEIRA, 2009). Na Paraíba, exemplo desse processo é a cidade de Campina Grande, a qual foi nesse período um importante entreposto comercial.

O modelo primário-exportador foi sucedido, no século XX, pelo modelo de desenvolvimento por substituição de industrialização. A própria dinâmica da indústria trouxe consigo um processo de urbanização e concentração, devido, sobretudo, à existência de economias de aglomeração nesse setor. Nesse sentido, com o processo de industrialização, a renda estadual tendeu a se concentrar em algumas poucas cidades que já apresentavam um dinamismo econômico relevante, em detrimento dos demais municípios. Assim ao longo do século XX,

As mudanças nos padrões locacionais, a intensa industrialização e a revolução agrícola proporcionaram rápida expansão urbana nos principais centros metropolitanos dos países. O crescimento desses mercados urbanos atraiu sobremaneira a concentração industrial; Esses fatores contribuíram para a criação de economias de aglomeração mais do que proporcionalmente no centro principal nacional do que nas regiões periféricas, acentuando ainda mais as desigualdades regionais (SOUZA, 1981)

Ao longo do período em análise, conforme se pode observar nos cartogramas abaixo, esse quadro de concentração se manteve. A zona da mata, onde está localizada a capital João Pessoa, é a que concentra mais municípios com alta produção. Seguida pelo agreste, onde se localiza a segunda cidade mais importante do estado, Campina grande. O sertão é a terceira mesorregião com mais municípios de alta renda, sendo Patos o mais rico deles. A Borborema é a região que concentra mais municípios de baixa renda, nessa mesorregião o município de Monteiro é o possuidor da maior produção. Conforme pode ser visto na Figura 2:

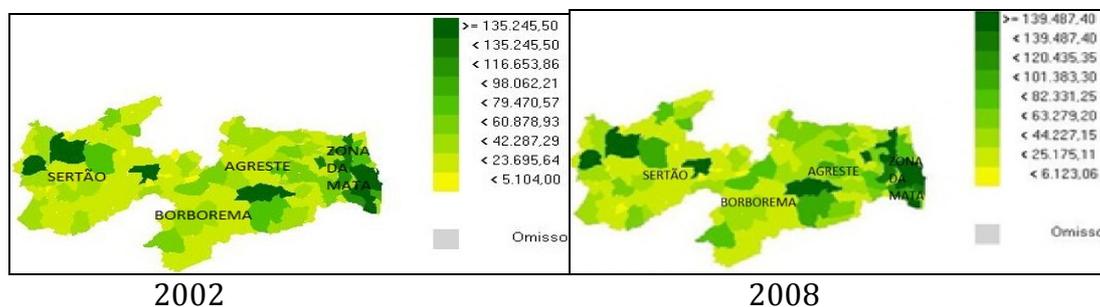


Figura 2 – Distribuição da renda paraibana por municípios R\$ de 2000 (mil)
Fonte: IPEA (2011)

DISTRIBUIÇÃO DO PIB PARAIBANO POR MUNICÍPIOS (2002–2008)

A Paraíba tem grande parte de sua produção concentrada em poucos municípios. Tal situação não é exclusiva da Paraíba, vários outros estados nordestinos apresentam o mesmo quadro. O coeficiente de Gini paraibano, considerando-se cada município como se um indivíduo fosse, para o ano de 2002, foi de 0,77804. Em 2008, esse coeficiente foi de 0,77611, denotando uma sutil redistribuição da produção entre os municípios. A título de comparação, estado do

Rio Grande do Norte, possuidor de uma economia de magnitude semelhante à paraibana, em 2002 apresentava um Gini de 0.77610.

Conforme pode-se visualizar nas curvas de Lorenz abaixo (Fig. 3), 10% dos municípios (os mais ricos) detêm aproximadamente 75% de toda a produção paraibana, enquanto que os outros 90% municípios mais pobres da Paraíba geram apenas cerca de 25% do PIB paraibano.

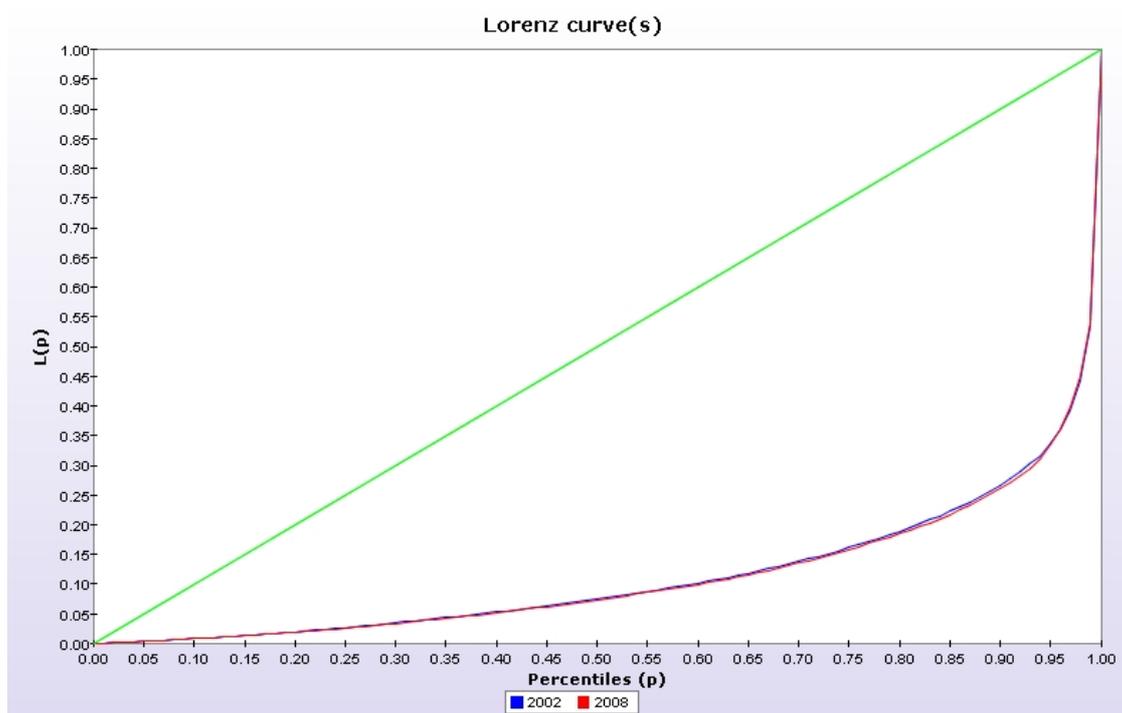


Figura 3 – Distribuição de renda entre os municípios paraibanos (2002 e 2008)
Fonte: Elaboração própria, gerado no DAD 4.6, com base em dados do IPEA (2011)

No ano de 2002, apenas quatro municípios eram responsáveis por 53,81% do PIB paraibano. A capital do estado, João Pessoa, possuía o maior PIB municipal (R\$ 3.246.509,00) e, sozinha, representava 31,45% do produto estadual. A segunda maior produção era gerada no município de Campina Grande (R\$1.372.097,17), a qual representava 13,29% do PIB do estado. Em seguida estava o município de Cabedelo que com a sua produção de R\$ 564.300,36 respondia por 5,46% da produção do estado. Em quarto lugar estava a cidade de Santa Rita com um PIB municipal de R\$ 370.656,78, correspondendo a 3,59% do PIB da Paraíba. Conforme pode ser visto nas Figuras 5 e 6 Figura 5 e 6.

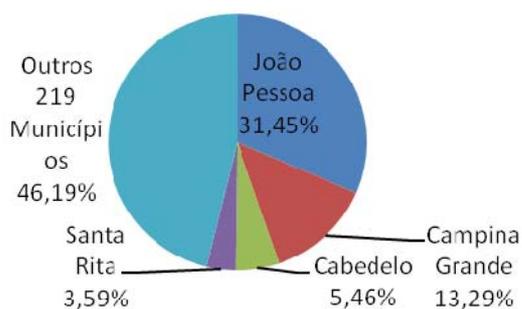


Figura 5 – Distribuição de renda entre municípios paraibanos (2002)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA (2011).

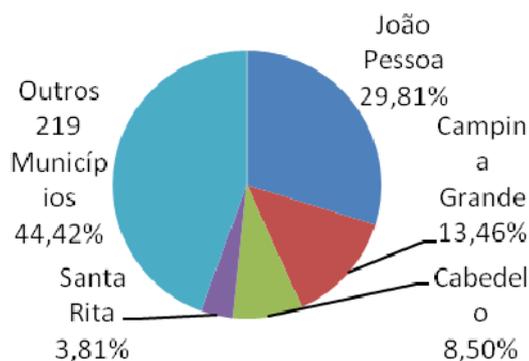


Figura 6 – Distribuição de renda entre municípios paraibanos (2008)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA (2011).

Passados seis anos, a economia paraibana se concentrou ainda mais nessas quatro cidades. Em 2008, os quatro municípios mais ricos da Paraíba concentravam 55,58% do PIB paraibano, restando aos demais 219 municípios produzirem 44,42% do produto estadual. João Pessoa continuou a ser o município mais rico do estado. Entretanto, embora o seu PIB tenha crescido a uma taxa média de 3,39% a.a., atingindo em 2008 a cifra de R\$ 3.965.702,99, a sua participação relativa na produção paraibana se reduziu para 29,81%. Campina Grande continuou sendo o segundo município mais rico do estado, respondendo, em 2008, por 13,46% do PIB estadual.

No período de 2002 a 2008, seu PIB municipal cresceu a uma taxa anual média de 4,53% a.a, superando a média estadual desse interregno (4,32% a.a.), e atingindo, ao término do período, o valor de R\$ 1.789.913,12. Dos quatro maiores municípios do estado, Cabedelo foi o que mais cresceu, registrando uma taxa de crescimento média anual de 7,63% a.a. o PIB cabedelense alcançou, em 2008, a cifra de R\$ 1.130.658,43, passando a corresponder a 8,50% do PIB paraibano. O município de Santa Rita também apresentou um expressivo desempenho no período em análise. Seu PIB se expandiu a uma taxa média de 5,36% a.a, tendo alcançado a cifra de R\$ 506.962,88, em 2008, o equivalente a 3,81% da produção paraibana.

CONCLUSÃO

Embora a região Nordeste seja hoje uma das que mais cresce no país, muitas das discrepâncias entre essa região e o Centro-Sul verificadas por Celso Furtado em 1959 ainda se mantêm na atualidade. Apesar de ter registrado altas taxas de crescimento, sobretudo na última década, esse crescimento somente foi capaz de manter a participação da região na economia do país. A manutenção dos termos relativos fica evidente quando se percebe que a renda *per capita* nordestina ainda é a menor do Brasil, correspondendo a cerca de um terço da do Sudeste. Nesse contexto, está inserido o estado da Paraíba. Sendo uma das unidades mais pobres da federação, o Estado, na década de 2000, apresentou significativas taxas de crescimento em sua economia. Entretanto ao se analisar o aludido crescimento em termos relativos, percebe-se que o mesmo somente foi suficiente para manter a posição do estado frente à economia nacional e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Presidência da República. **Plano trienal de desenvolvimento econômico e social 1963-1965**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: EESP/FGV, Texto para discussão n. 157, 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf> (acesso em 19 de janeiro de 2011).

ASSIDON, Elsa. **Les théories économiques du développement**. Paris, França: La Découverte, 2002.

CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). **Revista de Economia Política do Desenvolvimento**, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/94/81> (acesso em 15 de fevereiro de 2011).

CEPAL. **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL**. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010.

MARX, Karl. **Prefácio à crítica da economia política de 1859**. Disponível em: <http://www.insrolux.org/textosmarxistas/economiapolitica.htm> (acesso em 19 de Janeiro de 2011)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da Educação e do ensino**. Introdução e notas e Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MILL, John Stuart. **Principles of Political Economy with some of their Applications to Social Philosophy**. Londres, Inglaterra: Longmans, Green and Co., 1909. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Mill/mlP.html> (acesso em 15 de junho de 2011).

MYRDAL, Gunnar. **Le défi du monde pauvre**. Paris, França: Gallimard, 1971.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Economia Regional: Conceitos e Fundamentos teóricos**. Revista Perspectiva Econômica, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.

SUDENE. **II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste**. Recife: Div. Documentação, 1966.